

## Emenda constitucional amplia emprego de modernas tecnologias

Por se tratar de origem legislativa a PEC dos isótopos foi enviada para o Congresso Nacional, união das casas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que promulgou no dia 08 de fevereiro de 2006, a emenda constitucional sob o nº 49 que quebra o monopólio da União sobre a produção, a compra e a utilização de radioisótopos para uso médico, agrícola e industrial. O novo dispositivo da Constituição vai permitir, em especial, o aumento do emprego de modernas tecnologias de Medicina Nuclear.

Na ocasião, o CBR marcou presença com uma Comissão especialmente convocada para acompanhar a assinatura da emenda em Brasília (DF), entre eles foram os doutores Fernando Alves Moreira, presidente do CBR; Aldemir Humberto Soares, ex-presidente do CBR e 1º secretário da AMB; Luiz Augusto Gadia Gabure, tesoureiro do CBR; Sebastião Cesar Mendes Tramontin, diretor de defesa profissional do CBR; e José Soares Júnior, diretor do departamento de Medicina Nuclear do CBR e presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular. Estiveram presentes também os seguintes membros titulares do CBR: Dr. Enio César Vieira Pereira; Dr. Edwaldo Eduardo Camargo; Dr. Eleuses Vieira de Paiva; e Dr. Jairo Wagner.

Outras lideranças médicas também fizeram questão de prestigiar esse grande momento para a Medicina no país, foram eles os doutores José Luiz Gomes do Amaral, presidente da AMB; Edson de Andrade, presidente do CFM; José Carlos Almeida, presidente da Sociedade de Urologia do Distrito Federal; Higino Ferreira Filho, presidente do Conselho de Técnicos em Radiologia; e Valéria Guimarães, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Em sua justificativa, o primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição (PEC), o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), argumentou que, apesar do trabalho intenso da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), as necessidades da qualidade da assistência à saúde prestada no país vêm esbarrando na incapacidade do órgão de propiciar os insumos necessários à demanda existente. Para cumprir sua função a contento, a CNEN seria obrigada a construir e operar um grande número de unidades, de forma descentralizada, em todas as regiões. Bornhausen observou que essa solução tornou-se inviável com as restrições impostas aos órgãos públicos nos últimos anos.

A solução encontrada foi permitir, por meio de emenda constitucional, a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida curta por outros agentes que não a União, sob regime de permissão, e não mais de concessão, conforme exigia a Constituição. Na justificativa da PEC, o senador argumentou ainda que os riscos inerentes ao uso desses

radioisótopos, exatamente por serem de vida curta, são bem menores. No entanto, enfatizou que esse fato não elimina a necessidade de controle sobre a substância.

Por isso, a alteração prevista na emenda constitucional nº 49 exclui do regime monopolista da União apenas uma pequena parcela de materiais radioativos, mantendo o controle da CNEN sobre a atividade. Ao facilitar sua atuação como poder concedente, permite ainda o desenvolvimento tecnológico nacional na área da saúde e afins, sem prejuízo para a segurança da utilização da energia nuclear.

## Aperfeiçoamento do diagnóstico do câncer e de problemas do coração

A emenda altera o artigo 21 da Constituição para quebrar o monopólio estatal na produção e na comercialização dos radioisótopos conhecidos como de meia-vida curta. Bornhausen disse que esses são os radioisótopos usados como marcadores em exames de imagem e têm alcance inovador para detectar células cancerígenas. “Em termos científicos, é um tipo de exame que supera tudo o que se conhece sobre diagnóstico e definição de condutas médicas para o tratamento de câncer”, afirmou ele.

Com essa emenda, Bornhausen explica que será possível o uso no Brasil de um exame conhecido pela sigla inglesa PET (Tomografia por Emissão de Pósitrons). Com esse procedimento, a margem de